



CRISE DA REPRESENTAÇÃO E (DES)EVOLUÇÃO DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

MARCONDES DOS RAMOS SANTOS FILHO

RESUMO

Busca-se neste trabalho expor a relação entre a problemática da crise de representação com a crise da democracia brasileira nos anos contemporâneos à elaboração deste trabalho. O trabalho visa esclarecer essa relação expondo a essencialidade de tais debates teóricos para a compreensão do atual momento de crise política. Para esse fim, serão aplicadas as contribuições teóricas de pensadores como Pitkin, para o esclarecimento do conceito de representação, e de Castells, para compreender o atual momento da democracia brasileira, assim como outros cientistas políticos, para compor os conceitos e as discussões dos temas buscando esclarecer o que é e o porquê dessa (des)evolução da democracia brasileira e qual sua relação com a crise de representação.

Palavras-chave: representação; democracia brasileira; crise da representação.

ABSTRACT

This paper seeks to expose the relationship between the problematic of the crisis of representation and the crisis of Brazilian democracy in the years contemporary to the elaboration of this work. The paper aims to clarify this relationship by exposing the essentiality of such theoretical debates for the understanding of the current moment of political crisis. To this end, the theoretical contributions of thinkers such as Pitkin, for the clarification of the concept of representation, and Castells, to understand the current moment of Brazilian democracy, will be applied, as well as other political scientists, to compose the concepts and discussions of the themes seeking to clarify what is and why this (dis)evolution of Brazilian democracy and what is its relation with the crisis of representation.

Keywords: representation; brazilian democracy; crisis of representation.



Introdução

No que tange o paradigma da democracia, muito se tem discutido e pensado nos processos e retrocessos que o Brasil tem sofrido: seja nos ambientes informais, seja nos meios de comunicação de massa, mas principalmente no âmbito acadêmico. É inegável, no debate acadêmico, que se o país não sofreu um brutal retrocesso, o avanço foi insignificante no tocante às prioridades do desenvolvimento de uma democracia nacional eficaz. Mas afinal, de onde vem essas discussões? Qual é esse debate? O que vem acontecendo com a democracia do nosso país? Esta discussão está inserida na crise da representação e a ineficácia dos governos em tratar de solucionar os problemas sociais e econômicos que afetam a porção majoritária da população brasileira, ou seja, de garantirem os direitos sociais humanos previstos em uma democracia constitucional para quem ela realmente é feita: o povo.

Para nos ajudar a compreender o paradigma político que estamos postos, e eventualmente, entender os caminhos que nos tirem dele, é importante nos valer das contribuições dos pensadores políticos. Para isso, vamos guiados por Marco Aurélio Nogueira, para entender o que teorizaram sobre os conceitos de representação, Hanna Pitkin e Bernard Manin, e compreensão da democracia contemporânea, para logo em seguida fazer a discussão das coerências e incoerências dessa crise no caso brasileiro.

O objetivo é provocar reflexões e o aprofundamento das questões para gerar entendimento da crise no paradigma político contemporâneo tomando como base os conceitos de (crise) representação e (crise) democracia. Esse trabalho irá explorar o conceito de representação, assim como a consequente crise de representação, que é diferentemente abordada e entendida por cada autor trabalhado, até relacionarmos esse apanhado geral da crise e fazermos a discussão com os atuais processos da democracia brasileira nos anos contemporâneos à esta pesquisa. E por fim trazer as conclusões e críticas dessa discussão, sempre guiados por cientistas políticos especialistas, que nos ajudarão no entendimento das questões e temáticas trabalhadas.

1. Representação

Conceito e a efetivação da crise para Hanna Pitkin

Se é evidente uma crise institucional em vigor devemos questionar e relacioná-la com os regimes democráticos brasileiros que funcionam em concomitância. Afinal, por que ela acontece? Por que agora? Será que antes acontecia e apenas não havia tanta visibilidade? A questão está em situar a origem de tal instabilidade no regime democrático do nosso



país: é uma crise no próprio conceito de representação ou é uma crise que envolve os próprios processos democráticos. A partir dessa questão-problema podemos desenvolver esse trabalho, averiguando diferentes perspectivas de cientistas políticos quanto às problemáticas supracitadas, trazendo riqueza e consciência teórica do tema que nos envolve.

Orientados por Marco Aurélio Nogueira, nessa questão, inicialmente somos capazes de compreender a necessidade de um Poder Legislativo forte, mas que, para ele, está extremamente perturbado no sentido operacional, institucional e político de cumprir suas funções.

Tal paradoxo não respeita fronteiras, regimes político-administrativos ou jurisdições: é um fato universal, presente em diferentes sociedades, marca adquirida pelo Estado representativo no correr do tempo da modernidade. (NOGUEIRA, 2014, p. 1).

Para o autor, os parlamentos como instituições engessadas são uma condição básica para a manutenção dos regimes democráticos, e logo, para o governar bem das sociedades. “Sem os parlamentos, as democracias não funcionam, mas os parlamentos não estão conseguindo operar à altura das necessidades da democracia.” Nogueira remete-se ao desenvolvimento dessa crise de representação no Estado contemporâneo, ou seja, essa dificuldade que essa instituição tem de permanecer cumprindo funções estratégicas nas complexas sociedades dos dias atuais.

O autor esclarece que esse conceito de representação não é tão simples de traduzir. E para isso ele nos apresentará Hannah Pitkin, pensadora política, sobre a representação no âmbito político. “Ainda que essas sutis graduações de significado converjam para a ideia de algo ou de alguém que se apresenta ou se reapresenta em um dado ambiente, é evidente que elas ocultam processos e conteúdos distintos, invariavelmente associados a pessoas, espaços, procedimentos, instituições e símbolos distintos.” (PITKIN, 2006, p. 66). A sua obra mais relevante sobre esse assunto foi O Conceito de Representação. Nela, a autora foi extremamente importante ao realizar alterações na própria concepção do que seria de fato o conceito de representação. Para Pitkin, a representação funciona semelhantemente a um “arranjo institucional”. (PITKIN, 2006, p. 66) diferente de uma trivial intervenção entre os sujeitos representados e sujeitos representantes. A autoridade da sua fundamentação, portanto, se torna capaz de mudar o modelo público da concepção de representação.

Marco Aurélio Nogueira completa dizendo que a ação de representar, além de conseguir uma predominância à nível sistêmico, e só adquirir funcionalidade a partir de um conjunto



de regras e instituições, fez com que a representação seguisse os passos da sociedade no que tange seu desenvolvimento. Podemos entender que a representação se tornou tão complexa quanto a sociedade.

A crise da representação e a democracia

Bernard Manin e a democracia representativa

O paralelo entre democracia substancial e democracia eleitoral, entre democracia representativa e indireta são exemplos de tentativas de arrumar esse espaço acadêmico. A representação mantém relação bem forte com a democracia, ainda que muitos autores busquem diferenciar esses dois conceitos, boa parte dos trabalhos dessa área do pensamento político se dedicam ao tema, que, como Marcos Aurélio nos exemplifica, um autor magnífico nesse quesito é Bernard Manin e suas obras. O autor insere a questão da representação a um regime de governo, que pode assumir formas mais ou menos democráticas, mais ou menos participativas. Conceituação que vai dimensionar a discussão sobre a crise para o campo do próprio governo representativo. Pouco ou quase nenhum autor tinha notado sobre a questão do método de escolha do representante, ou seja, o método eleitoral já funciona e já segue de acordo com uma lógica que traz, em si própria, contradições e falhas. “Embora que o governo representativo, em sua conceituação, tem concepções claras e específicas, que o aproximam do governo democrático. 1. designação dos governantes mediante eleições em intervalos regulares; 2. independência relativa dos governantes vis-à-vis a vontade dos eleitores; 3. possibilidade de que os governados exprimam suas opiniões e suas vontades políticas sem que elas tenham de ser submetidas ao controle dos governantes; 4. submissão das decisões públicas à prova do debate público.” (MANIN, 1996, p. 17-18).

A crise da democracia brasileira e a crise de representação

Castells coloca-se a refletir sobre o que ele chama de uma crise mais intensa, justamente quando dá ênfase às diversas crises da atualidade, que é a quebra da relação entre e governantes e governados, gerando a “total decomposição do sistema político inclusive do Brasil” (CASTELLS, 2018, p.8), para exemplificar. A citada crise da democracia do sistema liberal presente como modelo político de representação e de governabilidade representa uma lacuna ao pós-liberalismo, o caos velado em ordem, que se institucionaliza em partidos políticos nacionalistas, de caráter xenofóbico e alheios a político tradicional. É possível perceber após uma análise, portanto, que a crise na política representa um paradigma global, ainda que possua suas individualidades locais, revela a questão “do



colapso gradual de um modelo de representação.” (CASTELLS, 2018, p.10). que,

[...]levando em conta o modelo democrático e o precário caminho feito até de sua prática constitucional, a democracia se efetiva como relações de poder social. Portanto, a crise de representação política nasce em “detrimento ao rompimento do vínculo dos eleitos com os representados.” A classe política que, embora pareça divergir, converge quanto à manutenção de um monopólio que é alicerçado pelo voto do povo, amedrontado pela possibilidade de mudança. (SALVAGNI, 2019, p. 13)

Somado a esse fato, “bancos fraudulentos são salvos com o dinheiro dos contribuintes, enquanto são reduzidos serviços básicos para a vida das pessoas” (CASTELLS, 2018, p. 14). Salvagni entende que essa inconformidade, no entanto, quando levada às ruas, é demasiada repreendida pela instituição policial, “materializando uma crise de legitimidade que não é da democracia como um todo, mas de um modelo específico de democracia liberal.” (SALVAGNI, 2019, p. 2)

Ou seja, somos capazes de interpretar que as premissas nas quais o sistema democrático brasileiro foi fundado são intencionalmente voltadas às necessidades do mercado (liberais), sendo as classes mais abastadas que se beneficiam disso, concluímos que a representação nesse estado democrático liberal se voltou à satisfação das necessidades desse mercado e aqueles que são os responsáveis por nos representar como povo seguiram essa lógica liberal. A representação se elitizou, e a crise de representação tem várias interpretações, mas a que mais se faz mortal é o abandono por parte daqueles que são os representantes políticos, das classes populares, pela globalização e atendimento das necessidades mercadológicas neoliberais. Botando em xeque mais uma vez o conceito de representação e democracia. Afinal, quem nos representa? Sobre essa questão, Luis Felipe Miguel passa a considerar o conceito de representação, mostrando, antes, o caráter elitista do processo de escolha da representação, assim como a diferença marcante entre democracia e democracia representativa. Quanto à representação propriamente dita, o autor passa a trabalhar com dois conceitos de representação, trabalhados pelo já clássico estudo de Hanna Pitkin. “São eles: representação descritiva e representação formalista. Quanto ao primeiro, afirma que o corpo de representantes deve formar um microcosmo da sociedade representada, nas proporções adequadas, suas características principais” (MIGUEL, 2003, p. 130).



Considerações finais

Vimos aqui a partir da visão de alguns cientistas políticos, acerca dos temas da representação política e crise da democracia brasileira, fazendo um paralelo com a política global. Enquanto a crise de representação se refere ao desencanto e ao pessimismo das pessoas comuns com relação às instituições políticas, à política de forma geral como garantia de direitos e a resolução dos problemas sociais, cresceu significativamente no Brasil um sentimento patriótico de divinização aos políticos que são os sujeitos da crise da representação. Ou seja, atualmente, existe um extremo descrédito em assuntos relacionados à política e aos processos democráticos, e ao mesmo tempo, uma cega adoração à figuras políticas que aparentemente atuam em seu papel representativos, mas que de fato, como foi visto, não representam reais e significativos papéis representação política, o que concretiza muito do que fora abordado sobre uma crise institucional, democrática e de representação acontecendo.

Podemos compreender que a política está sofrendo alterações, com base em suas formas, de seus sujeitos, de seus discursos, e que estas estão diretamente relacionadas a uma força objetiva, estrutural, na qual emergem novas agregações sociais, novas subjetividades e novos desafios. Essas alterações do mundo liberal globalizado e de um novo estágio tecnológico e que se sofisticou, no aspecto econômico, ao modo de vida, à produção e à difusão de informações, vindouros de um novo padrão produtivo que nos fez acreditar que cada pedaço de nossa subjetividade de nossos objetivos como seres humanos estão alinhados com esse mesmo sistema, falho e autodestrutivo e que a cada dia mais, mal nos representa como sujeitos autônomos e cidadãos. E como foi bem dito por João Marcelo Ávila (2020), ao analisar diversos autores que também trabalham e fundamentam de formas distintas a representação aferiu:

É preciso ter cuidado, no momento, ao se analisar a presente crise da representação. Se, como disse Manin, é apenas um momento temporário de quebra de paradigma ou se é uma permanente desconfiança para com a democracia representativa e suas insuficiências democráticas que trarão mudanças estruturais mais gerais e sérias, é ainda difícil dizer. Temos que, em face da crise, procurarmos uma resposta que saia do campo mais abstrato da teoria e procurar as aplicabilidades mais práticas de alternativas mais democráticas dentro da sociedade. Se essas alternativas mais democráticas estiverem fora do campo da representação, não há que negar que foi chegado o momento do fim da mesma. E se, for chegada a hora de sistemas ou governos mais verdadeiramente diretos, no sentido mais pleno da palavra, que não nos apressemos em corrompê-lo. (ÁVILA, 2020, p. 06)



REFERÊNCIAS

ÁVILA, J. M. **Crise da democracia representativa e crise da representação.**

Revista Caboré. Recife, 2020. Disponível em:

<http://www.journals.ufrpe.br/index.php/revistacabore/article/view/4032>. Acesso em 10/11/2021.

CASTELLS, M. Ruptura: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro, 2018, p.

150. Disponível em: <http://journals.openedition.org/polis/17173>. Acesso em: 14/12/2021.

MANIN, B. Principes du gouvernement représentatif. Paris: Flammarion, 1996.

MIGUEL, Luis Felipe. Representação Política em 3-D: Elementos para uma teoria ampliada da representação política. Revista Brasileira de Ciências Sociais,

v. 18, nº. 51, p. 123-40, 2003.

NOGUEIRA, M. A. A Representação, crise e mal-estar institucional. Revista Sociedade e Estado, Vol. 29, 2014.

PITKIN, H. F. O conceito de representação. Berkely: University of California Press, 1967.

, H. F. Representação: palavras, instituições e ideias. Lua Nova, n. 67. São Paulo, p. 15-47, 2006.

SALVAGNI, J. Ruptura: a crise da democracia liberal, Manuel Castells, Zahar, Rio de Janeiro, Brasil, 2019, 150 p. Disponível em: <http://journals.openedition.org/polis/17173>. Acesso em: 23/04/2022.